

Banco de la
Provincia de
Buenos Aires -
Sucursal São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes

sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista do

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Alteração do objeto social

Chamamos a atenção para a Nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que em 26 de outubro de 2017 a diretoria da matriz do Banco de la Provincia de Buenos Aires deliberou pela alteração do objeto social da Sucursal São Paulo, que passará a atuar como um escritório de representação. O processo para cancelamento do Banco como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional foi encaminhada ao Banco Central do Brasil no dia 13 de março de 2018. Até a data do efetivo cancelamento do registro o Banco operará apenas com as transações existentes até a liquidação final dos ativos e passivos, que ocorrerá de forma gradual.

No dia 13 de dezembro de 2019, o Banco Central efetuou o arquivamento do pleito acima descrito. Diante disso, o Banco aguarda instruções da Diretoria da Matriz para definição dos próximos passos. As demonstrações financeiras do Banco devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contador CRC 1SP198502/O-8

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades	4	610	383
Instrumentos financeiros		130.952	83.503
- Aplicações compromissadas	5.a	94.107	52.801
- Títulos e valores mobiliários	5.c	16.785	30.702
- Outros créditos	5.f	20.060	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(20.060)	-
- Outros créditos	5.f	(20.060)	-
Outros ativos	6	2.910	827
Imobilizado de uso		1.756	1.756
Intangível		258	258
Depreciações e amortizações		(1.925)	(1.910)
Total do ativo		114.501	84.817

Passivo	Nota	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Instrumentos financeiros		65	201
- Instrumentos financeiros derivativos	5.e	65	201
Outros passivos	7	355	367
Provisões		12.009	1.217
- Sociais e estatutárias		3.439	-
- Passivos contingentes	8.a	2.776	1.149
- Impostos e contribuições a recolher	8.b	5.794	68
Total do passivo		12.429	1.785
Patrimônio líquido			
- Capital social		108.594	108.594
- Prejuízos acumulados		(6.522)	(25.562)
Total do patrimônio líquido	9	102.072	83.032
Total do passivo e patrimônio líquido		114.501	84.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstrações dos resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Segundo semestre de 2020	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Receitas da intermediação financeira		277	25.786	7.926
Operações de crédito		-	-	2.491
Resultado de títulos e valores mobiliários	5.d	1.074	3.055	3.663
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.e	(797)	22.731	1.772
Despesas da intermediação financeira				
Resultado com operações de câmbio		(729)	(729)	(4.372)
Resultado bruto da intermediação financeira		(452)	25.057	3.554
Provisões		5.404	(21.687)	(16.518)
Despesas com provisões de contingências trabalhistas		(1.591)	(1.627)	(749)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.f	6.995	(20.060)	(15.769)
Outras receitas operacionais		-	32.679	2.980
Outras receitas operacionais	10	-	3.352	2.980
Recuperação de outros créditos	5.f	-	29.327	-
Outras despesas operacionais		(3.632)	(7.663)	(6.999)
Despesas de pessoal	11.a	(1.856)	(2.982)	(2.368)
Despesas administrativas	11.b	(1.524)	(3.110)	(2.973)
Despesas tributárias	11.c	(252)	(1.571)	(1.658)
Resultado antes dos tributos e participações		1.320	28.204	(16.983)
Participação no lucro		(182)	(182)	-
Tributos sobre o lucro - IRPJ e CSLL	12.b	1.411	(6.375)	-
Resultado líquido		2.549	21.829	(16.983)
Resultado líquido por ação				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração dos resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Segundo semestre de 2020	Em 31 de Dezembro de 2020	Em 31 de Dezembro de 2019
Resultado líquido do semestre/exercícios	2.549	21.829	(16.983)
Outros resultados abrangentes do semestre/exercícios	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	2.549	21.829	(16.983)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	108.594	(8.579)	100.015
Resultado líquido do exercício	-	(16.983)	(16.983)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	108.594	(25.562)	83.032
Saldos em 31 de dezembro de 2019	108.594	(25.562)	83.032
Resultado líquido do exercício	-	21.829	21.829
Juros sobre o capital próprio	-	(4.046)	(4.046)
(-) Efeito tributário IRPJ/CSLL	-	1.257	1.257
Saldos em 31 de dezembro de 2020	108.594	(6.522)	102.072
Saldos em 30 de junho de 2020	108.594	(6.282)	102.312
Resultado líquido do semestre	-	2.549	2.549
Juros sobre o capital próprio	-	(4.046)	(4.046)
(-) Efeito tributário IRPJ/CSLL	-	1.257	1.257
Saldos em 31 de dezembro de 2020	108.594	(6.522)	102.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo

Demonstração dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre de 2020	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Resultado líquido do semestre/exercícios	2.549	21.829	(16.983)
Ajustes ao resultado líquido do período	(5.639)	21.147	(15.455)
Reversão de provisões de contingências trabalhistas	1.591	1.627	528
(Provisão)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(6.995)	20.060	(15.769)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(242)	(555)	(235)
Depreciação e amortização	7	15	21
Resultado líquido do período ajustado	(3.090)	42.976	(32.438)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros	3.710	(47.449)	(3.388)
(Aumento)/redução em outros ativos	115	(2.083)	36.377
Aumento/(redução) em impostos e contribuições a recolher	(2.066)	5.726	0
Aumento/(redução) em Sociais e Estatutárias	3.439	3.439	
Aumento/(redução) em outros passivos	130	(12)	(563)
Aumento/(redução) em instrumentos financeiros passivos	65	(136)	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	2303	2461	(12)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Juros sobre o capital proprio liquido do efeito IRPJ/CSLL	(2.789)	(2.789)	0
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(486)	(328)	(12)
Caixa e equivalentes de caixa - início do semestre/exercícios	854	383	160
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	242	555	235
Caixa e equivalentes de caixa - final do semestre/exercícios	610	610	383
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(486)	(328)	(12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O Banco de la Provincia de Buenos Aires - Sucursal São Paulo (“Banco” ou “Instituição”) tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

No 2º semestre de 2017, foi deliberada a decisão pela diretoria da Matriz do Banco de la Provincia de Buenos Aires, sediado na Argentina, em descontinuar as atividades bancárias do Banco na Sucursal São Paulo, Brasil, conforme resolução interna nº 1.318/17 de 26 de outubro de 2017. A documentação formal referente ao encerramento das atividades e a proposta de alteração da natureza jurídica da Sucursal São Paulo em escritório de representação foi encaminhada ao Banco Central do Brasil para sua homologação no dia 13 de março de 2018.

Esse processo de alteração da natureza jurídica envolverá a liquidação dos ativos e passivos de forma gradual e posterior encerramento das atividades bancárias no Brasil.

No dia 13 de dezembro de 2019, o Banco Central do Brasil efetuou o arquivamento do pleito acima descrito, baseado no artigo 7º, inciso II, da Resolução 4.122 de 2012. Diante disso, o Banco aguarda instruções da diretoria da Matriz para definição dos próximos passos.

As demonstrações financeiras elaboradas para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria em 30 de abril de 2020.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas, quando aplicável, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais normas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).

Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

Adicionalmente, a partir de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen 3.959/19, consolidadas pela Resolução BCB nº 2/20, foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas em ordem de liquidez e exigibilidade (por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para os usuários da demonstração financeira); os saldos do Balanço Patrimonial do exercício estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

- Balanco patrimonial**

Classificação Anterior	31/12/2019	01/01/2020	Nova Classificação
Disponibilidades	383	383	Disponibilidades
Aplicações compromissadas	52.801	52.801	Instrumentos financeiros
Títulos e valores mobiliários	30.702	30.702	Instrumentos financeiros
Outros Créditos	745	745	Outros ativos
Outros Valores e bens	82	82	Outros ativos
Imobilizado de uso	1.756	1.756	Imobilizado de uso
Depreciações Acumuladas	(1.655)	(1.655)	Depreciações e amortizações
Intangível	258	258	Intangível
Amortizações Acumuladas	(255)	(255)	Depreciações e amortizações
Total do ativo	84.817	84.817	Total do ativo

Classificação Anterior	31/12/2019	01/01/2020	Nova Classificação
Fiscais e previdenciárias	68	68	Provisões
Provisão para pagamentos a efetuar	367	367	Outros Passivos
Negociação de valores	201	201	Instrumentos financeiros derivativos
Provisão de passivos contingentes	1.149	1.149	Provisões
Patrimônio líquido	83.032	83.032	Patrimônio líquido
- Capital social	108.594	108.594	- Capital social
- Prejuízos acumulados	(25.562)	(25.562)	- Prejuízos acumulados
Total do passivo e patrimônio líquido	84.817	84.817	Total do passivo e patrimônio líquido

- Demonstração do resultado**

Classificação Anterior	31/12/2019	01/01/2020	Nova Classificação
Receitas de intermediação financeira	7.926	7.926	Receitas de intermediação financeira
Despesas da intermediação financeira	(20.141)	(4.372)	Despesas da intermediação financeira
	0	(16.297)	Provisões
Outras receitas / despesas operacionais	(4.768)	5.530	Outras receitas operacionais
	0	(9.770)	Outras despesas operacionais

3. Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são demonstrados no fluxo de caixa, e incluem moeda nacional e em moeda estrangeira, e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são formados pelas seguintes categorias:

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

ii. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar de 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração. No caso do Banco, é classificado na categoria:

Títulos Mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do resultado do período.

iii. Outros créditos

Consideram-se as rendas não vinculadas a operações de crédito e as demais não capitalizáveis nas contas que lhes deram origem, pertencentes ao período corrente e não recebidas.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos ("derivativos"), passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2002.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendem aos critérios de proteção, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado do período.

O Banco não possui durante o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o exercício de 31 de dezembro de 2019 instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge.

v. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e outros créditos são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999 do CMN, alterada pelo artigo 2º da Resolução nº 2.697 de 24/02/2000, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>
De 1 a 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito (*write-offs*), devem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito.

d. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 20%.

Em 2015 a Lei No 13.169/2015 elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) devida pelas instituições financeiras. Essa medida entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e ficou vigente até 31 de dezembro de 2018. A contribuição social calculada em 2019 foi de 15%. No primeiro semestre de 2020, conforme Emenda Constitucional nº 103, com vigência a partir de 01/03/2020, foi utilizada alíquota de 20% para fins de cálculo da Contribuição Social.

e. Imobilizado de uso

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos: depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo o imobilizado de uso - edificações - 4%, equipamentos de processamento de dados - 20% e demais bens - 10%.

f. Intangível

Os intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por *impairment* foi reconhecida no resultado dos semestres findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

h. Outros passivos

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i. Ativos e passivos contingentes

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

- . Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados nas notas explicativas.
- . Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos; a natureza das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade; e no posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

j. Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas do Banco em conexão com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº2/20 consideram como resultado não recorrentes eventos que não estão relacionados com as atividades típicas da instituição, e quando não existe previsão para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram eventos que se enquadrem como resultado não recorrente, sendo assim o resultado recorrente foi de R\$ 21.829 ((R\$ 16.983) em 2019).

4. Disponibilidades

Compostos por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, sem risco significativo de mudança de valor.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Disponibilidades em moeda nacional	80	163
Disponibilidades em moeda estrangeira	<u>530</u>	<u>220</u>
Total	<u>610</u>	<u>383</u>

5. Instrumentos financeiros

a. Aplicações compromissadas

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Aplicações em operações compromissadas	94.107	52.801
Total	<u>94.107</u>	<u>52.801</u>

As aplicações compromissadas do Banco possuem rendimento médio baseado na taxa Selic. Os vencimentos estão substancialmente concentrados no curto prazo, sendo R\$ 94.107 (R\$ 52.801 em 2019) de 1 a 3 anos.

b. Resultado de aplicações compromissadas

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de títulos e valores mobiliários (vide nota 5.d).

	<u>2ºsem/2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendas de aplicações em operações compromissadas	910	2.284	1.700
Rendas de aplicações no exterior	-	0	595
Total	<u>910</u>	<u>2.284</u>	<u>2.295</u>

c. Títulos e valores mobiliários

<u>31.12.2020</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado (*)</u>
Mantidos até o vencimento				
Certificado de privatização (**)	54	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	16.785	16.785	16.785
	<u>54</u>	<u>16.785</u>	<u>16.839</u>	<u>16.785</u>
31.12.2019	<u>Sem vencimento</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado (*)</u>
Mantidos até o vencimento				
Certificado de privatização (**)	54	-	54	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	30.702	30.702	30.702
	<u>54</u>	<u>30.702</u>	<u>30.756</u>	<u>30.702</u>

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na ANBIMA na data de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são contabilizados ao valor de custo atualizado e são custodiados na (SELIC).

(**) Trata-se de títulos precatórios sem previsão de recebimento pelo Banco. A administração optou por provisionar 100% do saldo, efetuando um ajuste a título de impairment sobre o valor recuperável.

d. Resultado de títulos e valores mobiliários

	<u>2ºsem/2020</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendas de operações interfinanceiras de liquidez	910	2.284	2.295
Rendas de títulos de renda fixa	164	458	1.368
Rendas de variação sobre moedas estrangeiras	-	313	-
Total	<u>1.074</u>	<u>3.055</u>	<u>3.663</u>

e. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e/ou de taxa de juros. A política de atuação, os controles de monitoramento e as estratégias de operações seguem as diretrizes da Administração do Banco.

i. Valor registrado em compensação

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Contratos de futuros		
Dólar	44.100	32.180

ii. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

Os valores a pagar de transações com futuros estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos passivos”, enquanto os valores a receber estão registrados na rubrica de “instrumentos financeiros derivativos” no ativo do balanço patrimonial.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Mercado futuro – ajuste positivo (negativo)	(65)	(201)

iii. Margem de garantia

O quadro a seguir resume os valores depositados na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão e em *Clearing* de câmbio, como objeto de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos.

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2020</u>			<u>31.12.2019</u>		
	<u>Qtde</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Qtde</u>	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>
B3 S.A						
Garantia (LFT)	<u>555</u>	<u>5.972</u>	<u>5.972</u>	<u>900</u>	<u>9.423</u>	<u>9.423</u>
<i>Clearing</i> de câmbio						
Garantia (LFT)	<u>5</u>	<u>53</u>	<u>53</u>	<u>10</u>	<u>105</u>	<u>105</u>
	<u>560</u>	<u>6.025</u>	<u>6.025</u>	<u>910</u>	<u>9.528</u>	<u>9.528</u>

iv. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	<u>2ºsem/2020</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - futuros	(797)	22.731	1.772

f. Outros créditos

i. Renegociação e recuperação de créditos baixados contra prejuízo

No decorrer do primeiro semestre de 2020, o Banco obteve êxito na renegociação de créditos que se encontravam baixados contra prejuízo. O montante bruto recuperado soma R\$ 29.327, com plano de recebimentos periódicos, conforme acordo firmado em 14 de abril de 2020 e início de recebimento em 30 de abril de 2020. As parcelas do acordo estão sujeitas a oscilação cambial em dólar dos Estados Unidos, com base nas datas de recebimentos. O Banco mantém 100% de provisão para perdas associadas ao risco de crédito em relação ao saldo devedor.

Adicionalmente, o Banco recebeu reembolsos de outros valores relacionados a taxas, multas e moratórias no montante de R\$ 3.352, registrado no resultado na rubrica de "Outras receitas operacionais".

ii. Composição das operações por nível de risco

O saldo da carteira de operações de outros créditos em 31 de dezembro de 2020 está apresentada como segue:

<u>Nível de risco</u>	<u>Percentual de Provisão</u>	<u>Total da Carteira</u>	<u>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</u>
H	100,0%	<u>20.060</u>	<u>(20.060)</u>
		<u>20.060</u>	<u>(20.060)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não existiam valores em aberto referente a operações de crédito e outros créditos.

iii. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	<u>2ºsem/2020</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldo inicial	-	-	(12.393)
Constituição	-	(27.055)	(15.827)
Reversão	6.995	6.995	58
Baixa	-	-	28.162
Saldo final	<u>6.995</u>	<u>(20.060)</u>	<u>-</u>

6. Outros ativos

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Devedores por depósitos em garantia	21	66
Antecipação de impostos e contribuições	2.649	563
Despesas antecipadas	101	82
Outros	139	117
	<u>2.910</u>	<u>828</u>

7. Outros passivos

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.019</u>
Salários e encargos sociais	272	140
Contas a pagar	83	95
	<u>355</u>	<u>235</u>

8. Provisões**a. Passivos contingentes**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais e, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Movimentação das contingências trabalhistas:		
Saldo inicial	1.149	1.286
Constituição	1.627	749
Baixa	-	(886)
Saldo final	<u>2.776</u>	<u>1.149</u>

Não existem processos cujo risco de perda estejam estimados como possível. Adicionalmente, não existem outras demandas judiciais referente as esferas cível, fiscal, administrativo ou criminal cujo Banco esteja como polo passivo.

b. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros	5.118	-
Outros impostos e contribuições a recolher	676	68
	<u>5.794</u>	<u>68</u>

9. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social corresponde ao investimento da matriz estrangeira, inteiramente integralizado em moeda corrente nacional, acrescido das reservas R\$ 108.594.044,17

b. Prejuízos acumulados

Corresponde ao total de prejuízos acumulados após a absorção dos lucros apurados em períodos anteriores.

10. Outras receitas operacionais

	<u>2º sem/2020</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Recuperação de juros de mora (*)	-	2.900	-
Recuperação de taxas e impostos (**)	-	452	-
Outros	-	-	2.980
		<u>3.352</u>	<u>2.980</u>

(*) Recebimento de juros de mora conforme decisão judicial referente operações de crédito baixadas anteriormente para prejuízo.

(**) Reembolso de taxas e IOF pagos anteriormente pelo Banco, relacionados a operações de crédito registrados em prejuízo.

11. Outras despesas operacionais

a. Despesas de pessoal

	<u>2º sem/2020</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Proventos	1.191	1.674	1.041
Benefícios	491	975	978
Encargos Sociais	174	333	346
Treinamento	-	-	3
Total	1.856	2.982	2.368

b. Despesas administrativas

	<u>2º sem/2020</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Processamento de dados	178	382	793
Despesas de comunicação	256	514	507
Despesas com diretoria	269	575	525
Serviços técnicos especializados	510	860	365
Despesas com serviços de terceiros	52	96	101
Despesas com manutenção e conservação de bens	63	110	95
Despesa de condomínio	57	114	114
Despesas com segurança e vigilância	60	120	137
Despesa com contribuição a entidade de classe	-	4	5
Depreciação e amortização	7	15	20
Despesa com multas	-	58	-
Despesas de transporte	15	24	24
Outras despesas administrativas	57	238	287
Total	1.524	3.110	2.973

c. Despesas tributárias

	<u>2º sem/2020</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
--	--------------------	-------------------	-------------------

Tributos municipais	3	41	41
Tributos federais	-	-	687
COFINS	214	1.312	852
PIS	35	218	78
Total	252	1.571	1.658

12. Tributos sobre o lucro

a. Tributos correntes

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

	31.12.2020		31.12.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL	28.204	28.204	(25.131)	(25.131)
Despesas indedutíveis/receitas não tributadas	(4.046)	(4.046)	18.455	18.455
Base de cálculo dos impostos antes da compensação de prejuízos	15.666	15.666	(6.676)	(6.676)
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(4.700)	(4.700)	-	-
Base de cálculo dos impostos após a compensação de prejuízos	10.966	10.966	(6.676)	(6.676)
Total de imposto de renda e contribuição social	2.651	2.193	-	-
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%
Alíquota efetiva	12%	10%	-	-

b. Crédito tributário não ativado

Considerando as disposições do artigo 3º da Circular nº 3.171 do Banco Central do Brasil, divulgamos abaixo os saldos de ativo fiscal diferido não ativados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Natureza	IRPJ (25%)	CSLL (20%)	Total
Diferenças temporárias	6.551	5.241	11.792
Prejuízo Fiscal/Base negativa	921	737	1.658
	7.472	5.978	13.450

2° Semestre 2020	IRPJ (25%)	CSLL (20%)	Total
Natureza			
Diferenças temporárias	1.351	710	2.061
Prejuízo Fiscal/Base negativa	320	256	576
	1.671	966	2.637

31/12/2019	2019
Natureza	
Diferenças temporárias	13.878
Prejuízo Fiscal/Base negativa	3.839
	17.717

13. Partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	<u>2°sem/2020</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Honorários da diretoria	269	575	525

Não existem saldos e/ou transações com outras entidades classificadas como partes relacionadas.

14. Gestão de risco

O Comitê de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo manter controles estruturados em consonância com o perfil operacional da Instituição, periodicamente avaliado, de forma que evidencie riscos de liquidez, operacional, de crédito e de capital resultantes das atividades que são desenvolvidas.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é definido como sendo a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, a custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. principal diretriz para a política de concessão de crédito é a segurança. Todas as solicitações apresentadas têm seus riscos avaliados de acordo com procedimentos internos estabelecidos.

As avaliações têm como foco a capacidade de geração de caixa e os fatores de risco associados à transação. Essa avaliação envolve uma análise técnica da capacidade do cliente em honrar os seus compromissos, das garantias apresentadas e inclui visitas às companhias.

As conclusões dessas análises são apresentadas ao comitê de crédito pertinente, sediado na Casa Matriz, em um processo que pode envolver todos os níveis executivos, dependendo do grau de complexidade das decisões e do valor das operações.

b. Risco operacional

O Banco de la Provincia de Buenos Aires define o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A definição enunciada inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela sucursal, assim como as sanções em razão do não cumprimento dos dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros resultantes das atividades desenvolvidas.

Entre os eventos de risco operacional se incluem:

- (i) fraude interno;
- (ii) fraude externo;
- (iii) relações trabalhistas e segurança no trabalho;
- (iv) dano aos ativos físicos;
- (v) falhas em TI;
- (vi) execução, gestão e cumprimento dos prazos dos processos.

c. Risco de mercado

O risco de mercado se define como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de posições que detenha uma instituição financeira. A definição citada inclui os riscos de operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços de ações e preços de mercadorias (*commodities*).

Os instrumentos de controle que viabilizam a conformidade das diretrizes de Comitê são:

- Reuniões do Comitê de Gerenciamento de Riscos: Avaliação das estratégias de curto prazo dos potenciais cenários macroeconômicos e do enquadramento das medidas de risco de carteira dentro dos limites estabelecidos.

Sistema de mensuração de risco de mercado baseado no método RiskMetrics com VaR paramétrico, adotando-se a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR.

- Relatório gerencial diário remetido a Gerencia de Risco de Mercado, sediada na Casa Matriz em Argentina, evidenciando as posições e a exposição ao risco da filial.

De acordo com a Resolução nº 4.557 do BACEN, a estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, caracterizada nesta filial pelo responsável pelo monitoramento de Risco de Mercado, é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e da dimensão da exposição ao risco da sucursal.

Conforme estabelecido na normativa, a presente unidade é segregada das unidades de negociação e da auditoria interna.

O sistema utilizado pelo banco para mensuração de risco de mercado é o método RiskMetrics com VaR paramétrico; neste modelo é adotado a hipótese simplificadora de que os retornos dos ativos financeiros, marcados a mercado, seguem uma distribuição normal. Através dos relatórios fornecidos pela solução utilizada, o banco monitora os valores expostos, a *duration* e o VaR.

c.1 Análise de Sensibilidade

Atualmente o Bapro atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente operações de fomento ao comércio exterior. Essa estratégia reflete em uma posição patrimonial de ativos e passivos com menor exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 31 de dezembro de 2020 foram analisados considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos – Aplicações e Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores de mercado e as taxas pós-fixadas do instrumento mesmo que com choques relevantes de cenário não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que um cenário estressado de risco cambial.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde saldos em atraso renegociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez define-se como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e os passivos exigíveis, entre cobranças e pagamentos, que possam afetar a capacidade financeira da instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Esses impactos levam tanto fatores internos a instituição quanto fatores externos. O controle de risco de liquidez no Banco de la Provincia de Buenos Aires é realizado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos, através de ferramentas como:

- (i) Plano de contingência de liquidez: estabelece o processo de identificação e categorização de crises de liquidez, a comunicação interna, os planos de ação com as respectivas responsabilidades, assim como o modelo de monitoramento e revisão dos planos. As políticas de contingência e planejamento de liquidez são definidas pela Diretoria conjuntamente com a Mesa de Operações e normas emitidas pela Casa Matriz;
- (ii) Sistema de gestão de risco de liquidez: a sucursal possui um módulo que permite a realização de testes de estresse e aderência considerando aspectos como: Simulação de parâmetros para carteiras, como atrasos, inadimplência, pagamentos antecipados e simulação de cenários econômicos para verificar a sensibilidade da liquidez e as variações das taxas de juros e câmbio;
- (iii) Controle de esgotamento do caixa: o esgotamento do caixa é baseado no mapeamento dos fluxos de caixa a pagar e a receber ao longo dos vencimentos das operações. Este controle permite que seja observado o comportamento da carteira para um determinado prazo.

De acordo a Resolução nº 4.557 do Banco Central do Brasil, o "Comitê de Gerenciamento de Riscos" tem como um de seus objetivos manter sistemas de controles estruturados em consonância com o perfil operacional da filial, periodicamente avaliados, que permita o acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas no mercado financeiro e de capitais, de forma que evidencie o risco de liquidez gerado pelas atividades que desenvolvam.

e. Risco de capital

Define-se gerenciamento de capital ao processo contínuo de:

- (i) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No marco da Resolução nº 4.557, a estrutura de gerenciamento de risco de capital, caracterizada nesta filial pelo "Comitê de Gerenciamento de Riscos", é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão da exposição de riscos da filial.

f. Índice de Basileia

Pilar III	31.12.2020	31.12.2019
Patrimônio de Referência (PR)	102.072	83.029
PR mínimo para RWA	2.608	2.667
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	99.464	80.362
IB - Índice de Basileia	313,11%	249,02%
Valor Correspondente ao RBAN	31	20
Margem Patrimônio de Referência - com RBAN	99.433	80.342

15. Outras informações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

O Banco adotou medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, a Administração do Banco declara que não houve impactos significativos da pandemia nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2020.

16. Análise por vencimento do balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020

Ativo	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Total
Caixa e equivalentes a caixa	610		610
Instrumentos financeiros	110.892	0	110.892
- Aplicações compromissadas	94.107	0	94.107
- Títulos e valores mobiliários	16785	0	16.785
Outros créditos	20.060		20.060
Provisão para perdas esperadas associada	(20.060)		(20.060)
- Outros créditos	(20.060)		
Outros ativos	2.910		2.910
Imobilizado de Uso		1.756	1.756
Intangível		258	258
Depreciações e amortizações		(1.925)	(1.925)
Total do Ativo	114.412	89	114.501

Passivo	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	31/12/2020
Instrumentos financeiros passivos	65		65
- Negociação de valores	65		65
Provisões	9.588	2.776	12.364
- Outros passivos	355	-	355
- Sociais e estatutárias	3.439		3.439
- Passivos contingentes		2.776	2.776
- Impostos e contribuições a recolher	5.794		5.794
Patrimônio líquido		102.072	102.072
- Capital Social		108.594	108.594
- Prejuízos acumulados		(6.522)	-6.522
Total do passivo e patrimônio líquido	9.653	104.848	114.501

17. Eventos subsequentes

Em 01/03/2021 publicada a Medida Provisória nº 1.034 que instituiu alterações na alíquota da contribuição social de 20% para 25% a partir de julho de 2021 até dezembro de 2021.